

---

## Reunião da CPRT de 21.09.2017 (virtual)

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), em iniciativa pioneira na Câmara, realizou no dia de hoje sua primeira reunião virtual, por link, com um número expressivo de participantes, para tratar do tema específico “Negociações Coletivas face à Reforma Trabalhista”.

Com mais de 70 participantes conectados, dentre eles membros da CPRT, empresários, dirigentes de sindicatos e negociadores, o presidente da Comissão, Fernando Guedes Ferreira Filho, apresentou os pontos que reforçam a importância da negociação coletiva, quais sejam: prestigia a atuação do sindicato; permite a equalização de salários e benefícios praticados na região; evita o “leilão” de mão de obra; facilita a elaboração de orçamentos; permite melhor negociação de contratos com tomadores de serviços (critérios para definição de custos, reajustes periódicos, fixação de índices, etc); facilita a atuação de pequenas e médias empresas que não tem estrutura nem força para negociar, (mais de 90% das empresas de construção são PME); e uniformiza a atuação de subcontratados.

As negociações coletivas ganharam sobrevalorização como nunca antes. E a Convenção Coletiva é um instrumento que dá segurança e uniformiza entendimentos.

O Presidente da CBIC, José Carlos Martins, ressaltou a importância de que a lei está posta e deverá ser cumprida, que mudanças de cultura e quebras de paradigmas são necessários nesse novo mundo do trabalho que está posto com a Reforma Trabalhista e que todos precisam se unir com os mesmos propósitos de aplicar a lei de forma correta e com muita responsabilidade.

Foi consenso manifestado pelos participantes da reunião a importância de uma atuação estratégica dos Sindicatos na busca por aglutinar as empresas a se integrarem às entidades, que é o local de discussão das ideias, e, a participarem das negociações coletivas. “É hora de trazer as empresas para os sindicatos para que elas entendam e participem das negociações e também possam aferir determinadas vantagens frente as que não participem”, afirmou Haruo Ishikawa (Vice-Presidente de Relações Capital-Trabalho e Responsabilidade Social, do Sinduscon-SP e membro da CPRT/CBIC).

---

Também foi destacada a importância de se utilizar o instituto da quitação anual que, se bem utilizado e de forma adequada, evitará o risco das reclamações trabalhistas por 5 anos.

A Reforma Trabalhista é boa porque traz segurança jurídica para os empreendedores e não subtrai direitos dos trabalhadores. Não se pode temer aplicar a lei e temos fundamentos bem estruturados para refutar as posições contrárias à Reforma Trabalhista. Vai ter muita discussão, mas o setor precisa firmar sua posição, afirmou o Presidente Fernando Guedes.

Anexa a apresentação feita pelo presidente.